

Carta Manifesto da Sociedade Civil para o Enfrentamento da Tuberculose no Rio de Janeiro

Atenção, secretário, gestores e conselheiros!!! A sociedade civil pede SOCORRO!!

Estamos aqui para falar de uma grave crise que prejudica as nossas vidas e as nossas comunidades: **a situação da tuberculose no Rio de Janeiro**. Nosso estado tem a terceira maior quantidade de casos e o maior número de mortes por tuberculose do Brasil, que está entre os países com mais casos no mundo. Essa situação é inaceitável!

E afeta diretamente a nós, mais de 2 milhões de pessoas vivendo em favelas e periferias no Estado do Rio de Janeiro e que enfrentam uma grande desigualdade social. Qualquer pessoa pode ter tuberculose, mas aquelas em situação de vulnerabilidade são mais impactadas. Dados do Boletim Epidemiológico do Governo Federal mostram que, em 2022, 63,3% das pessoas com tuberculose eram pretas e pardas. Além disso, o aumento de casos entre pessoas privadas de liberdade, moradores de rua, profissionais de saúde, imigrantes e indígenas é alarmante.

Precisamos de mudanças urgentes! Por isso, nós, do Fórum de Tuberculose do Rio de Janeiro, lideranças comunitárias e referências dos nossos territórios, construímos essa carta para cobrar das autoridades e gestores da saúde maior empenho no enfrentamento da tuberculose e seus determinantes sociais.

Vocês sabem quanto custa a nossa saúde?

Dados recentes indicaram que o Rio de Janeiro foi o Estado que menos investiu recursos próprios em saúde pública em 2023. O investimento na saúde é a única forma de sairmos da crise em que nos encontramos. Sem investimento adequado, hospitais e clínicas permanecem superlotados, faltam insumos e profissionais, e a qualidade do atendimento é comprometida. Se faz urgente que gestores públicos priorizem e aumentem os investimentos na área.

E a transparência para isso é fundamental! Precisamos de acesso a informações detalhadas sobre como e onde os fundos estão sendo alocados. A participação ativa da sociedade civil deve ser incentivada, através da valorização e divulgação dos espaços de controle social, como conselhos de direitos e fóruns. Nossa participação permite que possamos acompanhar e avaliar a aplicação dos recursos, assegurando que as prioridades de investimento estejam alinhadas com as reais necessidades da população. É fundamental o envolvimento dos conselhos de direitos no tema tuberculose.

Ao entrarmos nas unidades de saúde e equipamentos públicos notamos despreparo no atendimento de tuberculose. É urgente capacitar os profissionais e promover o acolhimento dos pacientes e o sigilo. O estigma e preconceito nos atendimentos afetam a adesão ao tratamento, e a falta de sigilo frequentemente expõe os pacientes a discriminação. Pessoas LGBTQIA+ por vezes evitam procurar os postos de saúde com medo do preconceito que podem sofrer, assim como pessoas com tuberculose ou vivendo com HIV/Aids.

Infelizmente, o preconceito envolvendo a tuberculose ainda é um grande desafio causado pela falta de informação. Atualmente, a realidade é que temos tido dificuldade de encontrar materiais informativos nas clínicas da família e nos programas de Tuberculose. Precisamos de um plano de comunicação permanente, com materiais com linguagem simples, amplamente divulgados nos serviços públicos e espaços em que se

encontram pessoas em situação de vulnerabilidade, como por exemplo no sistema prisional e equipamentos de acolhimento.

Muitas pessoas interrompem o tratamento por que não conseguem pagar pelo transporte para ir até o posto tomar o medicamento ou manter a alimentação, por não saberem dos direitos e benefícios socioassistenciais que podem acionar. É necessário divulgar amplamente os direitos das pessoas com tuberculose e em vulnerabilidade social, assim como a desburocratização do acesso à proteção social. Frequentemente vemos pessoas sem escolaridade ou sem acesso à internet com dificuldades para realizar o cadastro e garantir seus direitos.

O tratamento da tuberculose deve seguir as diretrizes nacionais, com uma abordagem integrada e intersetorial. Isso envolve boa comunicação entre o SUS e o SUAS, incluindo médicos, enfermeiros, nutricionistas, assistentes sociais, agentes comunitários de saúde, atendentes, porteiros e prestadores de serviços em geral.

Pessoas privadas de liberdade e com residências não fixas quando retornam para o seu território ficam sem acompanhamento nos serviços públicos. É vital proteger aqueles em situação de vulnerabilidade, garantindo as seguintes condições: acompanhamento contínuo para evitar a interrupção do tratamento, boa estrutura de abrigo e equipamentos de acolhimento, restaurantes populares ativados e eficientes, acolhimento e fiscalização contínua com abordagens surpresa de equipamentos públicos e privados de acolhimento com testagem massiva para HIV/Aids, tuberculose e hepatites.

Também é essencial a realização da busca ativa dos familiares e pessoas que tiveram contato com infectados pela tuberculose, para a realização do tratamento preventivo. Embora o tratamento para a Infecção Latente por Tuberculose (ILTb) seja reconhecido pelo Ministério da Saúde como uma das principais estratégias para interromper a cadeia de transmissão da tuberculose, ainda é amplamente desconhecido, inclusive entre profissionais de saúde. Até mesmo sendo alguns de nós pessoas prioritárias para o rastreamento da ILTB, por vivermos com HIV, apenas recentemente descobrimos a existência desse tratamento.

Se realmente queremos alcançar a meta internacional de “Um mundo livre da tuberculose: com zero morte, zero casos novos e zero sofrimento devido à tuberculose” até 2035 precisamos nos comprometer com estas mudanças.

Como sabemos, a Tuberculose está relacionada a determinantes sociais da saúde e para enfrentá-la é necessário investir no combate de outra doença: a desigualdade social.

Dados recentes do Mapa da Desigualdade mostram que muitos municípios do Rio de Janeiro enfrentam problemas graves de infraestrutura e serviços públicos, segue alguns deles:

- Em muitos municípios do estado a população utiliza mais de 20% da sua renda para pagar o transporte público;
- A cidade do Rio bate recorde em chacinas e tiroteios em comunidades;
- Dos 22 municípios da região metropolitana, doze têm coleta e tratamento de esgoto abaixo de 5% de alcance, sete possuem cobertura da Atenção Básica do SUS abaixo de 50% e 15 ultrapassam o limite de 5.000 famílias cadastradas por unidade do CRAS

Agora eu lhes pergunto, é possível promover a saúde assim?

Exigimos melhores condições de habitação, alimentação, geração de renda, saneamento básico, segurança e transporte público.

Precisamos da união de esforços entre governo, gestores, conselheiros e sociedade civil para enfrentar a tuberculose de forma eficaz, garantindo dignidade e qualidade de vida para todos. Estamos aqui para que nossas vozes sejam ouvidas e nossas demandas atendidas.

Não podemos aceitar que nossos familiares, amigos, vizinhos, colegas ou nós mesmos continuemos adoecendo e morrendo por falta de políticas eficientes. É urgente dar um basta a esta situação!

Fórum de Tuberculose do Estado do Rio de Janeiro - 21 anos na atuação e enfrentamento à Tuberculose, e na luta por políticas públicas democráticas, inclusivas e participativas.

Agosto 2024